



**SOROPOSITIVOS/** Redução do orçamento para a saúde pode prejudicar fornecimento de remédios para inibir o vírus do HIV no material genético. No início do mês, Saúde mudou regras de distribuição

# Pacientes temem falta de medicação

» TAINÁ ANDRADE

Alterações na dinâmica do tratamento de HIV/Aids para pacientes no Sistema Único de Saúde (SUS) tem preocupado a população que recebe os serviços e os remédios gratuitamente. No início do mês, o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde divulgou uma circular avisando que a Lamivudina 150mg — medicamento usado diariamente por soropositivos para inibir o vírus do HIV no seu material genético — teria a sua aquisição modificada de “forma excepcional e temporária”, de 90 para 30 dias, até que a situação do estoque seja regularizada.

A justificativa da pasta foi a necessidade de regularizar os estoques da Lamivudina 150mg, já que houve um crescimento da demanda e os laboratórios fornecedores não estão conseguindo suprir a demanda. “A datar de setembro de 2021 a prescrição dos esquemas “simplificados” está autorizada sem avaliação da câmara técnica assessora no manejo de antirretrovirais. Notou-se um crescimento rápido do uso desses esquemas, acima do que foi previsto na implementação dessa estratégia. Laboratórios fabricantes estão com dificuldade para atender o aumento da demanda nos prazos de entrega requeridos”, explicaram.

Maria Clara Gianna, médica sanitária do Centro de

Referência e Treinamento de DST/Aids e da coordenação do programa estadual de IST/Aids de São Paulo, que atua há 34 anos com o tema, informa que a Lamivudina teve uma maior procura por conta da associação dessa substância com outros medicamentos no tratamento, o que provocou a falta em diversos estados.

“Continuamos tendo os principais medicamentos recomendados e precisamos incorporar cada vez mais. Porém, se falta medicamento, isso é um recado ruim que estamos dando para o país”, destacou a especialista.

A questão é que, apesar de o Brasil ter os principais fármacos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate ao vírus do HIV, falhas em programas direcionados para o tema podem levar pessoas soropositivas a vivenciarem a realidade do final dos anos 1980 e início dos 1990.

Claudiney Alves, aposentado e militante do acesso de soropositivos ao tratamento, tem 52 anos de idade e há 32 convive com a Aids. Enquanto tentava chegar ao estado de tornar o vírus indetectável, ele ficou por três meses sem o medicamento que deveria tomar diariamente. “Foi preocupante. Foi um período em que eu estava batalhando para ficar indetectável, por isso minha carga viral voltou a aumentar e eu fiquei suscetível a adquirir doenças oportunistas”, contou.

O ativista está há 18 anos indetectável, por isso consegue

Reprodução



**Médicos temem que falta de recursos levem soropositivos a vivenciarem cenário semelhante aos anos 1980**

viver uma vida sem estigma. “Imagina um paciente como eu, que em um dia ou dois pode mudar o estado clínico de indetectável para o desenvolvimento da Aids — que é diferente de conviver com o HIV. Se observar o percentual de pessoas que vivem com o vírus, a maioria tem adesão [ao tratamento], isso que faz ter vida longa. A falta do medicamento aumenta tanto o estigma de quem tem medo de adoeecer, quanto de ir a óbito”, explica.

**Cortes no orçamento**

O cenário de falta de

medicamentos tem sido visto com apreensão porque pode ser um sinal das consequências que virão com os cortes feitos pelo governo federal na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (LDO). Nas despesas para a saúde pública o arrefecimento chegou a 60%, de acordo com o Boletim de Monitoramento do Orçamento da Saúde, que tem sido produzido pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) e a associação filantrópica Umame.

O jornal *O Estado de São Paulo* mostrou que a decisão atingiu 12 programas da pasta.

A distribuição de medicamentos para tratamento de HIV/Aids, infecções sexualmente transmissíveis e hepatites virais teve a tomada de R\$ 407 milhões. O boletim alerta que caso não haja uma reversão nessa decisão, ela irá impactar diretamente as políticas públicas e “poderá gerar agravos à ações fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

As principais consequências apontadas por Gianna são a menor aquisição de medicamentos, de insumos para laboratório e prevenção, além de diminuição do diagnóstico precoce.

## » Entrevista | RUBENS NAVES | EX-PRESIDENTE DA ABRINQ

# Em defesa das crianças

» LUANA PATRIOLINO

Fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação, a defesa do direito das crianças entrou em destaque na última semana por conta das declarações da

ex-ministra dos Direitos Humanos e senadora eleita Damares Alves (Republicanos-DF) sobre supostos abusos sexuais no Pará. Ao **Correio**, o advogado Rubens Naves, ex-presidente e atual conselheiro da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Fundação

Abrinq) pelos Direitos da Criança e do Adolescente, apontou os principais desafios do cidadão na fase da infância no Brasil. “A realidade da maioria das crianças e adolescentes, em todas essas áreas, hoje, é de estagnação em patamares distantes dos objetivos traçados”, disse.

**O senhor já foi presidente e, atualmente, é conselheiro da Fundação Abrinq. Qual é a percepção sobre o tema no país?**

Muitos indicadores apontam a gravidade da situação da infância e juventude no país, como destaca o relatório da Fundação Abrinq Um Retrato da Infância e Adolescência no Brasil, produzido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, com base no monitoramento de ações do governo federal. O documento tem como referência os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e diz respeito ao combate à pobreza, segurança alimentar, saúde e bem-estar, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, trabalho e emprego, redução da desigualdade, condições de vida nas cidades e em assentamentos e justiça e paz. A realidade da maioria das crianças e adolescentes, em todas essas áreas, hoje, é de estagnação em patamares distantes dos objetivos traçados.

**Sua atuação profissional é voltada ao direito da criança. Como se envolveu com essa temática?**

Uma sociedade não terá

futuro com uma desigualdade social como a nossa. Em especial, as crianças e os adolescentes que, segundo o nosso projeto de nação, merecem atenção e absoluta prioridade, como determina o Artigo 227 da Constituição Federal. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Tive na Fundação Abrinq, desde 1995, a oportunidade de lutar pelo aperfeiçoamento das políticas públicas e mobilização da sociedade por esses direitos. Também contribuí para a defesa e promoção do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

**O que mudou no Brasil nos últimos anos? A situação das crianças piorou?**

Sim. Parte dessa tragédia pode ser atribuída aos efeitos da pandemia de covid-19 e da inflação. Infelizmente, o resultado diz respeito às políticas públicas vigentes, ou ausentes, no país.

**Qual é o principal desafio no direito da criança?**

A promoção da melhoria das condições de vida das crianças é prioridade urgente e precisa

ser debatida e constar dos planos de governo. Sobretudo, as áreas de segurança alimentar, combate à pobreza, assistência social, saúde e educação requerem políticas de Estado articuladas entre Ministérios e instâncias de governo.

**Elas estão desassistidas pelo governo?**

Sim. Se não formos capazes de responder e executar respostas rápidas, amplas e consistentes, ao déficit das necessidades básicas de milhões de adolescentes, a sociedade brasileira sofrerá danos a longo prazo. Isso é muito claro nos impactos dos últimos anos no processo educacional, com o afastamento dos alunos da escola e a redução do aproveitamento escolar medida por indicadores.

**Os candidatos à Presidência da República (Lula e Bolsonaro) ainda não apresentaram, até o momento, uma proposta concreta sobre o direito e a educação das crianças. Como vê essa situação?**

Do candidato Bolsonaro não há muito o que esperar em face da condução errática da política

Arquivo Pessoal



educacional pelo Ministério da Educação, entre outros aspectos. O candidato Lula propõe na área de desenvolvimento social e garantia de direitos que é “necessário promover a defesa das famílias, com proteção e cuidado prioritário com as crianças e suas infâncias, em especial por meio do combate à pobreza, da garantia de acesso integral às políticas públicas e do direito ao brincar”. É imperioso transformar essa intenção em propostas de governo e planos de ação.

**Recentemente, a ex-ministra e senadora eleita Damares Alves se envolveu em uma polêmica por conta de declarações sobre supostos abusos sexuais de crianças no Marajó, Pará. Qual é a gravidade deste caso?**

Ela foi muito infeliz ao levantar a questão, uma vez que os fatos narrados e não comprovados

teriam acontecido quando ela era responsável pela condução das políticas públicas em relação às crianças e adolescentes. Desqualifica todo o sistema de proteção do Pará, inclusive o próprio Ministério Público.

**Seria caso de punição?**

Damares Alves deveria ser responsabilizada. Sua iniciativa revela a intenção de atacar o ECA, nas próximas legislações. Ela desconsidera o importante trabalho desenvolvido pelo Congresso Nacional na CPI da Violência e Abuso contra as Crianças, presidida pela então senadora Patrícia Saboya. O tema da violência sexual contra crianças e adolescentes é relevante e deve ser conduzido com maturidade. A Comissão de Ética do Senado deve ficar atenta em relação à conduta da nova parlamentar.

**>> DE UNO**  
www.correioBraziliense.com.br

**CFM restringe uso medicinal de canabidiol**

O Conselho Federal de Medicina (CFM), restringiu a prescrição de medicamentos com canabidiol — composto extraído da cannabis sativa. De acordo com a decisão, o uso do composto para fins medicinais está restrito ao “tratamento de epilepsia na infância e na adolescência refratárias às terapias convencionais”. O CFM também proibiu médicos de realizarem palestras sobre o uso da cannabis “fora do ambiente científico”. A resolução gerou críticas de especialistas e pesquisadores. Em carta, a Associação Brasileira de Estudos da Cannabis Sativa, grupo de pesquisadores que estuda o uso medicinal da planta, diz que a resolução fere o código de ética da medicina e que existem diversas evidências para o uso do composto no combate à dor crônica, fibromialgia, trauma, entre outras aplicações.



medicinal/juanaino/Reprodução

**Turistas são baleados no Rio de Janeiro**

A Polícia Civil deve ouvir hoje um dos dois turistas italianos baleados no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, na madrugada de sexta-feira. O depoimento estava previsto para o sábado, mas a equipe médica não liberou as vítimas. Riccardo Cefis, 21 anos, e Nicolo Desiato, 23 anos, estavam em um carro com três outros italianos quando o veículo foi atingido por dois disparos de fuzil. Segundo o testemunho do grupo, eles saíram de uma festa no Aterro do Flamengo e iam em direção São Paulo, onde estavam hospedados, quando decidiram parar em um posto de combustível à margem da Avenida Brasil. Ao seguir o GPS, porém, a rota os levou para a entrada da comunidade, onde foram alvejados.

**SP: morte por varíola do macaco**

A prefeitura de Praia Grande, no litoral paulista, confirmou a morte de um morador do município devido a varíola dos macacos (monkeypox). O homem, de 37 anos, faleceu na cidade de Santos, na madrugada deste sábado. De acordo com a prefeitura do município, a vítima havia sido diagnosticada com a doença no início de agosto. Em setembro foi internada em um hospital particular da cidade em razão de infecções secundárias. Posteriormente, foi transferida para um hospital particular em Santos, onde morreu.